

ONGs e Feminismos: contributo para a construção do sujeito político feminista

Ana Paula Canotilho
Manuela Tavares
Maria José Magalhães

Resumo: Nesta comunicação, pretende-se equacionar o papel das ONG de mulheres nos movimentos sociais, e reflectir sobre o seu contributo para a construção de um sujeito político feminista. Constitui ainda uma fase inicial de um estudo junto de organizações não-governamentais de mulheres ou sobre os seus direitos, tentando articular o activismo desenvolvido nos anos 1970 e 80 em Portugal (Tavares 2000; Magalhães 1998) com as formas actuais de participação e actividade política neste campo. Partindo dos estudos neste campo, considera-se que o sujeito político feminista não se esgota nas actividades das ONG, uma vez que as lutas e a participação política das mulheres se estende por diversos campos sociais, organizadas ou não, em que estas organizações se constituem numa parte deste processo. Consubstancia-se numa tecitura complexa onde a participação feminina individual ou organizada necessita de confluir para lutas e reivindicações colectivas. **Palavras-chave:** feminismos, movimentos sociais, sujeito político feminista.

Introdução

A temática em torno da qual se desenvolve este painel: "ONG: re-significar a participação democrática das mulheres" poderia levar-nos a diversos campos de análise: as ONG são ou não protagonistas de movimentos sociais, nomeadamente dos movimentos feministas; de que forma as relações sociais de género em ONG mistas reflectem a divisão do trabalho e as relações de poder entre mulheres e homens na sociedade, ou seja, até que ponto as mulheres permanecem invisíveis nestas ONG e o seu papel como sujeitos é subalternizado. Um trabalho de Jacqueline Heinen e Josette Trat (1997), realizado em França, abre pistas relevantes neste sentido, pelo que seria interessante vir a proceder a uma análise semelhante em Portugal. Ainda, um outro campo de análise poderia centrar-se na reflexão sobre os trinta anos de uma ONG como a UMAR cujo percurso se liga à própria história dos feminismos em Portugal. Contudo, apesar do carácter apelativo dos caminhos anteriores, optámos por um outro: reflectir sobre o "activismo feminista" e as ONG. Explicitando melhor, o foco desta comunicação consiste na reflexão sobre o contributo das ONG a construção de um sujeito político feminista. Constitui ainda uma fase inicial de um estudo junto de organizações não-governamentais de mulheres ou sobre os seus direitos, tentando articular o activismo desenvolvido nos anos 1970 e 80 em Portugal (Tavares 2000; Magalhães 1998) com as formas actuais de participação e actividade política neste campo. Partindo dos estudos neste campo, considera-se que o sujeito político feminista não se esgota nas actividades das ONG, uma vez que as lutas e a participação política das mulheres se estende por diversos campos sociais, organizadas ou não, em que estas organizações se constituem numa parte deste processo.

O activismo feminista O aparecimento do *backlash* como movimento reactivo ao feminismo, a menor visibilidade das feministas, em especial a partir da década de 1990, e um certo abrandamento das acções feministas com impacto público, têm levado a um certo apagamento da expressão "activismo feminista". Também a necessidade teórica de fragmentação do sujeito "mulher" por via da emergência das diferenças baseadas na cultura, etnicidade, orientação sexual e classe, trouxe um vazio, embora transitório, no pensamento feminista quanto à possibilidade de uma intervenção enquanto grupo de mulheres. Uma versão mais intransigente de um feminismo pós-moderno chegou mesmo a defender que a diversidade no grupo "mulheres" tornaria impossível qualquer estratégia comum. Todavia, autoras como Nancy Fraser (2002) e Iris Young (2003) acabam por argumentar que, se queremos uma política emancipatória para desalojar o patriarcado das relações sociais, temos de conceber alguma forma das mulheres lutarem enquanto grupo. Está assim colocada a necessidade de emergência de um novo sujeito feminista "capaz de incluir a diversidade de experiências, subjectividades, opiniões e sentidos estratégicos de diferentes mulheres" (Magalhães 2004). E, como afirma Iris Young, "nomear as mulheres como um colectivo social específico é um objectivo difícil e que dá ao feminismo a sua especificidade como um movimento político" (Young 1997: 18). É neste contexto que podemos falar de "activismo feminista" e levantar algumas questões construídas em torno deste

conceito. Será que o activismo feminista se resume a uma visão formalista e convencional de acções colectivas como campanhas, manifestações, acções de rua, ou outras? Ou poderá o activismo feminista basear-se também na acção individual através da escrita, dos estudos, da educação? Segundo Sue Wise, "o feminismo esteve ligado não só a formas de activismo político convencionais como também produziu os seus próprios produtos culturais com a educação, a auto-ajuda e as políticas de estilo de vida (*lifestyle politics*)" (2001:). É nesta conceptualização que nos colocamos, e, seguindo Sue Wise, podemos distinguir várias formas de activismo feminista:

- Acção directa, muito utilizada pelas sufragistas no início do século XX quando invadiam ou cercavam o parlamento britânico; também nos anos 1960 e 70, na contestação das feministas ao concurso de Miss Universo ou no cerco à base militar de Greenham Common, entre outras;- Desobediência civil, também utilizada pelas sufragistas quando se recusavam a pagar taxas ou impostos por não quererem assumir deveres, quando não tinham direitos;- Grupos de pressão política junto de instituições ou órgãos de poder político em torno de campanhas públicas, como na luta pela legalização do aborto;- Grupos de auto-ajuda, que na segunda vaga dos feminismos, tiveram importante papel no apoio às mulheres vítimas de violência e nas questões da saúde;- Intervenção cultural feminista em diversas áreas: literatura, teatro, arte;- Educação e investigação onde os estudos sobre as mulheres têm aberto novos caminhos;- Uma política de estilos de vida (*Lifestyle politics*), centrando a intervenção feminista no domínio das orientações sexuais, na educação das crianças, na relação entre alimentação, formas de produção e ambiente.

Como facilmente se entende, a acção das ONG fica aquém desta vasta dimensão do activismo feminista. Uma outra visão deste modo de participação política, e segundo Peggy Antrobus (2004) virada para a dinâmica dos movimentos de mulheres assenta em três tipos de estratégias:

- Estratégias activistas viradas para campanhas, conferências, círculos de debates, construção de redes, acções de rua;- Estratégias institucionais onde se inclui a investigação em estudos sobre as mulheres nas universidades, a actuação em organismos governamentais para a Igualdade, o trabalho de *mainstreaming* (transversalidade da igualdade de género em todas as políticas); dentro destas estratégias institucionais assume especial relevo, segundo Virginia Ferreira (2000), a acção das mulheres em instituições internacionais como a OIT, as Nações Unidas, o Conselho da Europa e a União Europeia; também a acção das ONG alcançou reconhecimento internacional nas Conferências das Nações Unidas sobre Direitos das Mulheres (México: 1975; Copenhaga: 1980; Nairobi: 1985; Pequim: 1995).- Por último, estratégias viradas para a construção do trabalho em rede a nível internacional, como acontece com redes feministas mundiais como a Marcha Mundial de Mulheres.

No sentido de analisar e reflectir sobre as experiências do activismo feminista em Portugal, vamos 'viajar' a partir dos meados dos anos 70, após Abril de 1974, quando se dá a mudança de regime no país e quando emerge um conjunto de associações e grupos de mulheres, para regressar ao início do séc. XXI e conhecer percursos de participação individual e colectiva em lutas pelos direitos das mulheres, no seio do movimento social feminista.

As ONG e os Feminismos

A insuficiência teórica e a falta de debate foi uma das marcas dos feminismos em Portugal nas décadas de 1970 e 1980 que se tem vindo a projectar até aos nossos dias, muito em especial, no seio das ONG que actuam na área dos direitos das mulheres. Em que medida as ONG assumem ou não uma acção feminista? De que forma lidam com o feminismo na sua componente teórica e de acção? Como se inserem ou não num movimento feminista plural? São estas interrogações que estão na base do estudo que iniciámos junto destas organizações. De um questionário dirigido, em 1996, a um conjunto de ONG que, dentro do Conselho Consultivo da CIDM, assumiam objectivos mais específicos em termos de direitos das mulheres, apenas cinco, de um total de onze que responderam ao questionário, se assumiram ligadas aos feminismos. Neste estudo que empreendemos, levantam-se de novo estas questões, no sentido de entender as transformações das ONG nos últimos anos quanto à temática dos feminismos. As experiências de activismo feminista em Portugal (mesmo que nem sempre assumido desta forma por muitas ONG) tem tido diversos percursos:

- A acção centrada na própria ONG e nas articulações que estabelece com os movimentos sociais;- As Plataformas de Acção em torno de campanhas por causas, envolvendo pessoas a título

pessoal, associações e grupos de mulheres. Foi o caso da CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção, em 1978; do MODAP – Movimento de Opinião pela Despenalização do Aborto em Portugal e da Plataforma pelo Direito de Optar, no início da década de 1990 e, mais recentemente, plataformas de cidadãs e cidadãos em torno do referendo sobre o aborto ou, ainda, de algumas ONG no projecto "Fazer ondas pelo direito à escolha" que trouxe a Portugal o barco da "Women on Waves".- As Plataformas de ONG ligadas a organismos governamentais como é a secção das ONG do Conselho Consultivo da CIDM, formada em 1979 e que integra, neste momento, cinquenta e duas organizações, sendo que uma parte significativa destas organizações actua em áreas profissionais, humanitárias, dentro dos partidos políticos ou de estruturas sindicais.- As Redes de Mulheres cuja acção tem sido muito pouco utilizada em Portugal. Em 1986, formou-se, por influência da Eng. Maria de Lourdes Pintasilgo e do GRAAL, uma Rede de Mulheres com o objectivo dar a voz às mulheres, às suas vidas e lutas como cidadãs e que realizou reuniões em várias regiões do país, chegando a publicar um boletim (*Nós e a Rede*). Mais recentemente, em Março de 2003, e no processo de preparação do Fórum Social Português, nasceu a Rede Lilás.

Têm surgido ainda, de forma pontual, comissões organizadoras de seminários como o Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, realizado a 4, 5 e 6 de Maio de 2004 e que reuniu organizações e entidades ligadas aos estudos sobre as mulheres e ao activismo feminista. Dos percursos anteriormente referidos, fica-nos a ideia que as Redes de Mulheres são a componente menos experimentada no nosso país, sendo esta estratégia de acção das mais utilizada a nível internacional. Colocamos ainda algumas interrogações sobre o possível esgotamento, em termos do futuro da intervenção feminista, de plataformas de ONG constituídas de uma forma rígida e semi-institucionalizada, como é o caso da secção das ONG do Conselho Consultivo da CIDM, não deixando de relevar o papel que ainda pode vir a assumir como convergência de algumas iniciativas no âmbito mais institucional. **Um novo sujeito político**

feminista Uma das questões que atravessou o Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação foi a necessidade de um novo sujeito político feminista. Como afirmou Lúcia Amâncio, na intervenção de encerramento do seminário:

Partimos para um seminário evocativo e, desse ponto de vista, julgo que alcançámos alguns objectivos importantes e que eu gostaria de destacar: demos rosto e vida às feministas portuguesas da primeira vaga; inscrevemos o feminismo português na história do nosso país; reclamámos o lugar do feminismo num projecto político e de sociedade. Falou-se aqui das mudanças que houve na educação, na lei, no mundo do trabalho. Do progresso, mas também dos recuos. Num novo sujeito feminista que estamos a construir (Amâncio 2004).

Consideramos que existem potencialidades actuais dos feminismos que estão dispersas pelas universidades, pelas associações de mulheres, em pessoas de ONG que trabalham em diversas áreas, pelos diferentes movimentos sociais. Estas potencialidades traduzem-se na participação de pessoas que se encontram de vez em quando, sorriem, discutem, interrogam-se, vão tecendo algumas teias. Já percebemos que o activismo feminista pode assumir formas amplas e muito diversas que vão para além da vocação partidária e das próprias ONG como estruturas de intervenção. Um novo espaço para o feminismo ou feminismos reclama-se em Portugal, que interaja com o que se passa no mundo, no respeito pelas diferenças e na ideia de que dependemos do nosso mútuo reconhecimento e dos nossos laços e onde as nossas relações se constituem como base fundamental para a acção colectiva, em termos das nossas preocupações e reivindicações partilhadas. **Referências bibliográficas**

Ahmed, Sara, Jane Kilby, Celia Lury, Maureen McNeil e Beverly Skeggs (2000) "Introduction", in Ahmed, Sara, Jane Kilby, Celia Lury, Maureen McNeil e Beverly Skeggs (2000) *Transformations. Thinking Thought Feminism*, Londres: Routledge. Alvarez, Sonia E. (2003), "Um outro mundo é possível (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos", in *Estudos Feministas*, CFH/CCE/UFSC, volume 11, nº 2/2003, p. 533-540. Amâncio, Lúcia (2004) Comunicação de Encerramento do Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, realizado a 4, 5 e 6 de Maio de 2004, em Lisboa. Antrobus, Peggy (2004) *The global Women's Movement*, London, Zed Books, Ltd, pp.109-136. Braidotti, Rosi (2002), "A diferença sexual,

como um projecto político nómada”, in Macedo, Ana Gabriela, *Género, Identidade e Desejo*, Lisboa, Livros Cotovia, pp.143–160. Ferreira, Virginia (2000) "A globalização das políticas de igualdade entre os sexos- do reformismo social ao reformismo estatal", in *Ex-Aequo*, 2/3, APEM/CELTA, 2000, pp. 13–42. Fraser, Nancy (2002) "A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação", in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, Outubro, 2002, pp.7–20. Heinen, Jacqueline, Trat, Josette (1997), *Hommes e Femmes dans le Mouvement Social*, Cahiers du Gedisst, 1997, nº 18, p. 187. Magalhães, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação, décadas de 70 e 80*, Oeiras, Celta Editora. Magalhães, Maria José (2002), "Em torno do conceito de agenda feminista", in *Ex Aequo*, nº 7, APEM, Celta, pp. 189–198. Magalhães, Maria José (2004), "Agência feminista e das mulheres: procurando o novo sujeito feminista", comunicação no seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, realizado a 4, 5 e 6 de Maio de 2004, em Lisboa. Nogueira, Conceição, Sofia Marques da Silva (2003) "Introdução", in Carmo Marques e colegas (2003) *Um Olhar sobre os Feminismos: Pensar a Democracia no Mundo da Vida*, Edições UMAR. Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de Mulheres em Portugal - décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizonte. Tavares, Manuela, Bento, Almerinda, Magalhães, Maria José (2004), "Feminismos e Movimentos Sociais em tempos de globalização: o caso da MMM" comunicação no VIII Congresso Luso Afro Brasileiro, realizado em Coimbra a 16, 17 e 18 de Setembro de 2004. Wise, Sue (2001) "Feminist activism: continuity and change", in Cosslett, Tess, Easton, Alison, Summerfield, Penny (2001), eds, *Women, Power and Resistance: an Introduction to Women's Studies*, Buckingham, Open University Press, pp. 238–249. Young, Iris (1997), *Intersecting Voices*, Princeton e New Jersey, Princeton University Press, p. 17. Young, Iris, Marion (2003) "O género como serialidade, pensar as mulheres como um colectivo social", in *Ex-Aequo*, nº 8, 2003, pp.113–119.

Abstract: In this paper, it is intended to analyse the role of the women's NGO in social movements to understand their contribution to the construction of the feminist political agency. This is still a preliminary stage of a study with non-governmental organisations of women where the Portuguese feminist agency of the 1970's and 1980's (Tavares 2000; Magalhães 1998) will be articulated with actual forms of feminist political agency. Based on some studies in this field, feminist agency is not confined in NGO activism, since struggles and political participation can be endlessly expandable by several social "spaces", where these organisations are a part of the process. In a complex web of individual and organised political participation, feminist agency needs to flow together to collective struggles and claims.

Resumé: En cet article, on prétend équationner le rôle des ONG de femmes dans les mouvements sociaux, et essayer de comprendre sa contribution pour la construction du sujet politique féministe. Ce travail fait part d'un étude près des organisations non-gouvernementales des femmes ou sur les droits des femmes, essayant de articuler l'activisme politique dans les années 1970 et 1980, au Portugal, (Tavares 2000; Magalhães 1998), avec les formes actuelles de participation politique dans les mouvements sociaux. D'accord avec quelques, on considère que le sujet politique féministe ne se limite pas aux activités des ONG, parce que les luttes et la participation politique des femmes s'enlargi par plusieurs champs du social ou ces organisations ne sont que une partie du processus. Il se construit in a complexe raiseux où la participation féminine individuel ou organisé a besoin de se rencontrer avec les luttes et les revendications collectives. **Manuela Tavares** é doutoranda em Estudos sobre as Mulheres pela Universidade Aberta, Mestre em Estudos sobre as Mulheres, pela mesma Universidade, com a tese "Movimentos de Mulheres em Portugal, anos 1970 e 80", professora, autora de diversas obras em estudos sobre as mulheres, membro da Direcção da UMAR. **Maria José Magalhães**, docente na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade do Porto, doutoranda em Ciências da Educação sob orientação da Professora Doutora Helena Costa C. Araújo, Mestre em Ciências da Educação com a tese "Movimento Feminista e Educação, Portugal, anos 1970 e 80", editada pela Celta, autora de livros e artigos no âmbito dos estudos sobre as mulheres e estudos de género, actualmente membro da Direcção da UMAR. **Ana Paula Canotilho**, mestranda em Educação, Género e Cidadanias, sob orientação da Professora Doutora Helena C. Araújo, professora, pintora, tendo já exposto individual e colectivamente em diversos locais, actualmente membro da Direcção da UMAR.